



BOLETIM ANDEPS

agosto 2020

NESTA EDIÇÃO

TELETRABALHO

ANDEPS atua na pandemia em defesa dos ATPS's

Pesquisa ATPS's & Trabalho Remoto

Atualização das medidas para garantir teletrabalho no Ministério da Saúde

PARECERES JURÍDICOS

Nota Técnica da CGU fere liberdade de expressão

Portaria 282 traz maior mobilidade aos ATPS's

Manual de Conduta do Servidor Público traz arbitrariedades

SETORIAIS

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha

Violência contra LGBTs

CARREIRA

Você conhece o trabalho dos ATPS's?

INSTITUCIONAL

Participe das reuniões do Colegiado

Assédio moral: uma denúncia por dia na gestão federal

Agora tem Odontoprev no Marktclub

Conheça quem apoia a gestão da ANDEPS



ANDEPS atua na pandemia em defesa dos ATPS's

Desde que a pandemia de Covid-19 foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde, a ANDEPS tem atuado na proteção dos ATPS's e de seus familiares, e da saúde pública ao defender o isolamento social.

Os desafios que a pandemia colocou para o Poder Público e para os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público são gigantescos. Esse foi um dos fatores que orientou a atuação da ANDEPS ao longo dos últimos quatro meses,

buscando a defesa da saúde e a garantia do trabalho remoto, para os servidores e servidoras que têm o compromisso de manter a Administração Federal em funcionamento para atender às necessidades da sociedade.

Acompanhe o que aconteceu no período, as iniciativas políticas e judiciais, e participe do debate sobre a evolução da pandemia e os efeitos nas atividades do trabalho nos órgãos públicos.

ANDEPS NA PANDEMIA
Teletrabalho e direito à saúde

MARÇO

- 11/03: OMS decreta pandemia do novo coronavírus
- 12/03: ANDEPS envia ofícios para os ministérios solicitando esclarecimentos sobre como lidar com medidas de proteção aos ATPS's. ANDEPS acompanha discussões com juristas de outras carreiras para garantir continuidade do trabalho remoto.

ABRIL

- 16/03: IN 21/2020-ME: Orientações aos órgãos quanto às medidas de proteção na pandemia.
- 16/03: Andeps impetra 6 Mandados de Segurança Coletivos no STJ contra atos do AC, Missa, MÓdular, MEC, Inra e MCR, demandando diversas medidas para a defloração do trabalho remoto. O MPF se posiciona favoravelmente.

MAIO

- 14/05: ANDEPS se junta às demais entidades da ARCA e solicita um pedido de Amicus Curiae.
- 18/05: Falta de S. Paulo: notícia que servidores entraram na Justiça para não voltar ao trabalho na Esplanada dos ministérios. Dia Andeps e Arca.
- 18/05: Frente à orientação da Siscam/PR e do Min.Tur. Para retorno ao trabalho presencial, a Andeps impetra 11 Mandados de Segurança. PGR da paróquia favorável no Min. da Saúde: decisões rápidas e positivas. Despesas de que: Cidadania decide do retorno ao trabalho presencial.

JUNHO

- 07/06: ANDEPS realiza pesquisa sobre trabalho remoto entre os ATPS's.
- 07/06: ANDEPS participa de Live da ARCA sobre trabalho remoto na pandemia e perspectivas jurídicas.

JULHO

- 12/07: ANDEPS monitora a situação de aumento dos casos de servidores contaminados, bem como reuniões do governo para um possível retorno ao trabalho presencial. ANDEPS estudia greve sanitária. No medida em que haja pressão ou determinação ao retorno ao trabalho presencial, a ANDEPS estudia greve sanitária.
- 12/07: ANDEPS obtém vitória jurídica pela implementação do teletrabalho no INCR.
- 12/07: ATPS, acompanha essa agenda e venha participar da discussão!

Pesquisa ATPS's & Trabalho Remoto

Atenta à situação dos analistas técnicos de políticas sociais durante a pandemia e buscando preservar a saúde coletiva, a ANDEPS realizou uma pesquisa sobre as condições de teletrabalho entre os dias 22 de junho e 03 de julho. A ideia é construir um diagnóstico, ouvindo os ATPS's, sobre como eles estão lidando com o teletrabalho, o nível de produtividade, as condições físicas de home office, a comunicação com o órgão e com a chefia, entre outros aspectos. Ao todo, 169 ATPS's responderam ao questionário e os resultados gerais subsidiarão as ações da Associação no próximo período.

PESQUISA ATPS's & TRABALHO REMOTO

80,4%
afirmam que o trabalho remoto está funcionando

67,5%
possuem estrutura física adequada em casa

92,9%
estão produzindo o esperado pelos gestores

95,8%
gostariam de permanecer em trabalho remoto ao menos parcial após a pandemia

ANDEPS

Pesquisa realizada entre 22/06 e 03/07 com 169 ATPS's

Atualização das medidas para garantir teletrabalho no Ministério da Saúde

A ANDEPS vem acompanhando de perto os desdobramentos da (não) aplicação das medidas de proteção à Covid-19 nos diversos órgãos, em especial no Ministério da Saúde.

Neste Ministério vigora a Portaria 428/2020, a qual foi impugnada pela ANDEPS no Mandado

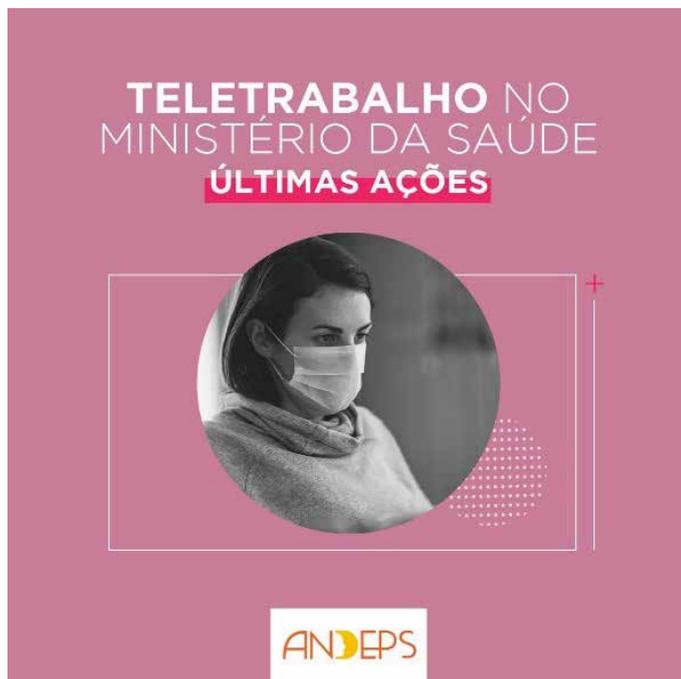
de Segurança Coletivo 25.968/DF junto ao STJ desde abril/2020. O pedido liminar foi negado. Em seguida, houve parecer favorável da Procuradoria-Geral da República. Em junho, às vésperas do recesso judicial de julho, foi dada nova decisão negativa.

Contra esta decisão, a ANDEPS ingressou com novo recurso ainda no recesso. Tratamos com o gabinete do Ministro-Presidente do STJ, o qual, porém, não se manifestou sobre a matéria.

Hoje, 05/08, os advogados da ANDEPS trataram com a chefia-de-gabinete do Ministro Herman Benjamin, relator do caso, momento em que foi sinalizado nova decisão nas próximas semanas.

Também no dia de hoje, a ANDEPS ingressou com representação contra o MS perante o TCU para que investigue a omissão dos gestores federais no seu dever de proteger a saúde dos trabalhadores públicos em geral.

Permanecemos atentos e presentes na defesa da saúde pública.



Nota Técnica da CGU fere liberdade de expressão

A NT da CGU sobre sanção de servidores públicos que expressem críticas ao governo nas mídias sociais fere a liberdade de expressão garantida pela Constituição Federal, aponta parecer jurídico solicitado pela ANDEPS à consultoria Lima & Volpatti Advogados Associados. Entretanto, o parecer também avalia que a NT não configura, ainda, ato vinculante para o Poder Executivo.

“Os deveres e vedações impostos pela Lei aos servidores públicos existem para proteger o conceito de República (coisa pública, art. 1º da Constituição da República) e os princípios da Administração (art. 37, CR), e não para calar ou emudecer a voz de um servidor, que antes de tudo é um cidadão livre. Deve, portanto, ser a lei interpretada à luz da Constituição, e não o contrário”, afirma.

Também é esclarecido pelo documento que a nota foi expedida por servidor técnico da CGU,

PARECER JURÍDICO
NT DA CGU FERRE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Não há ato vinculante para Executivo e pressão pode impedir endosso do ato normativo

ANDEPS

e que não foi ratificada ou publicada pela Corregedoria-Geral, que teria competência para tanto. Nesse sentido, vale pressão das autoridades integrantes desse órgão para que tal ato normativo não venha a ser endossado.

Leia a íntegra do parecer aqui: bit.ly/2PEIEX

Portaria 282 traz maior mobilidade aos ATPS's

O Ministério da Economia editou portaria nº 282, de 24 de julho de 2020, que trata sobre movimentação de servidores públicos federais, fundamentalmente da modalidade para a composição da força de trabalho.

A ANDEPS solicitou consulta jurídica ao escritório Lima e Volpatti visando analisar os efeitos das novas medidas nos membros da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.

A conclusão é de que a portaria trouxe maior mobilidade à carreira dos ATPS's, de modo que a movimentação para a composição da força de trabalho garante a manutenção dos direitos e vantagens a que o servidor faça jus onde anteriormente lotado. Este ainda não é o cenário ideal, mas já configura um avanço para a Carreira.

Acesse o parecer na íntegra: bit.ly/39SwlNd

ANDEPS

PARECER JURÍDICO
Portaria 282/2020
sobre movimentação para composição da força de trabalho

ATPSs ampliam mobilidade e têm garantia dos direitos e vantagens adquiridos

Manual de Conduta do Servidor Público traz arbitrariedades

Uma análise jurídico-política realizada Lima & Volpatti – Advogados Associados, que assessorava a ANDEPS, identificou na redação da Portaria nº 15.543, publicada pelo Ministério da Economia em 02/07/2020, uma linha de interpretação restritiva, com vistas a abalar a defesa dos interesses dos servidores públicos ante sucessivos ataques e desmontes pelo governo federal.

A portaria atualiza o Manual de Conduta do Servidor Público Civil e estabelece um conjunto de condutas no exercício das atribuições dos agentes públicos civis da Administração Federal.

Ressaltam-se, na análise que no Manual há 8 condutas vedadas em que se identificam a intenção de dificultar a defesa de categorias profissionais. Al-

guns itens chegam a se mostrar abusivos ou ferem a liberdade de expressão dos servidores. Acesse o parecer completo em bit.ly/32iPZWu

PARECER CONCLUI POR INCONSTITUCIONALIDADE DE MANUAL DE CONDUTA



Caráter nitidamente político e escuso, de afetar os servidores públicos, a sua defesa e promoção de direitos, bem como impossibilitar a advocacia administrativa



ANDEPS

Militarização do Executivo

ALERTA! Chegou ao conhecimento da ANDEPS que o governo elabora uma medida provisória para reorganizar cargos em comissão, funções comissionadas e gratificações do Poder Executivo Federal.

A ANDEPS analisou a minuta e avalia que a proposta, ainda reservada, pode ser considerada

meritória ao organizar um sistema complexo, tornar as regras mais simples e diretas e facilitar a mobilidade dos servidores aos postos em que seus perfis sejam mais adequados. Mas é temerária em pontos que facilitam a militarização do Poder Executivo e reduzem espaços reservados a determinadas carreiras com alta especialidade técnica.

Foram identificadas alterações extensas, que preveem a substituição das mais de 30 variantes de cargos comissionados, funções de confiança, funções gratificadas e gratificações de representação e outras (DAS, FCPE, FG), por quatro espécies (CCE, FCE, CCM, GMFF), resguardados os cargos de natureza especial. A proposta permite, ainda, a cessão de servidores de quaisquer carreiras para ocupar qualquer cargo ou função comissionada, em regra, após o seu estágio probatório, com a manutenção das gratificações de desempenho e outras vantagens como se estivesse na origem. Além disso, organiza as regras de remuneração de servidores efetivos, militares e empregados públicos em cargos ou funções.

Conheça o parecer jurídico sobre o tema e as simulações de tabelas remuneratórias constantes da minuta: <https://bit.ly/39g0dbE>

ALERTA MILITARIZAÇÃO DO EXECUTIVO



Governo estuda MP que reorganiza cargos em comissão e funções comissionadas, mas favorece militarização do Poder Executivo

ANDEPS

Violência contra LGBTs

A Revista Brasileira de Epidemiologia publicou o “Perfil das notificações de violências em lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais registradas no Sistema de Informação de Agravos de Notificação”.

O estudo que tem entre os autores, as ATPS’s Leandra Lofego Rodrigues, Maria Aline Siqueira Santos, Luana Andrade Benício e Renata Sakai de Barros Correia, analisou dados registrados no SINAN entre 2015 a 2017 e capturou características dos episódios de violência cometidos em pessoas LGBT, todas as vezes que elas procuraram o serviço de saúde, seja por causa de violência física, psicológica, sexual,

abandono/negligência, violência autoprovoçada ou outro tipo.

A perfil inclui indivíduos com 10 anos ou mais de idade e orientação homossexual ou bissexual, bem como identidades de gênero transexual ou travesti. O alto número de notificações, 24.564 registros em três anos, o que representa em média mais de 22 notificações de violências por dia, reforçam, segundo os pesquisadores a importância da notificação compulsória e a necessidade de preenchimento adequado dos campos sobre orientação sexual e identidade de gênero para a produção de evidências que subsidiem ações de enfrentamento ao problema.

Acesse o estudo aqui: <https://bit.ly/2EvYfJ3>



LIVE

A ANDEPS informa que a live “Violência contra LGBT’s” também contará com Alícia Krüger, farmacêutica clínica, sanitarista e presidenta da Associação Brasileira Profissional pela Saúde Integral de Travestis, Transexuais e Intersexos (ABRASITTI). Ela se junta às autoras e aos autores de artigo sobre o tema publicado na Revista Brasileira de Epidemiologia.

Essa inclusão foi realizada após reivindicação da comunidade trans, a quem a ANDEPS agradece. A violência encontra sustentação também na invisibilização de pessoas trans nos espaços de produção de conhecimento.

ANDEPS

LIVE
VIOLÊNCIA CONTRA LGBTs
Notificação no Brasil e Políticas Sociais

Leandra Lofego Rodrigues
Isabella Vitral Pinto
Alícia Krüger
Daniel Canavese
Silvânia Caribé Andrade
Maurício Polidoro

MEDIADOR
Rubens Bias

6/8 | QUINTA | 19:00
facebook.com/associacao.andeps

Somos parceiros na construção de uma sociedade sem violência e sem LGBTfobia. Desde nossa criação, um dos nossos objetivos é zelar pela equidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero. A superação de todas as formas de violência passa necessariamente pelas políticas sociais desenvolvidas pelos ATPS.

Participam da live:

- Alícia Krüger - farmacêutica Clínica e Sanitarista. PresidentRA da Associação Brasileira Profissional pela Saúde Integral de Travestis, Transexuais e Intersexos (ABRASITTI).

- Leandra Lofego Rodrigues - ATPS no Ministério da Saúde desde 2013. Já atuou nas áreas de saúde ambiental, políticas de equidade em saúde (dentre elas LGBT) e mais recentemente com a temática da vigilância de violências.

- Maurício Polidoro - geógrafo, doutor em Geografia, pós-doutor em Saúde Coletiva, professor

do Instituto Federal do Rio Grande do Sul em Porto Alegre, professor do programa de Pós-Graduação em Saúde da Família da UFRGS.

- Isabella Vitral Pinto - tecnologista no Ministério da Saúde. Está em exercício na Fiocruz Minas. Tem estudado violência por parceiro íntimo no doutorado, na UFMG.

- Daniel Canavese - sanitarista. doutor em Ciências da Saúde. Docente do Departamento de Saúde Coletiva (DESCOL) da UFRGS e Membro da ABRASCO.

- Silvânia Caribé Andrade - tecnologista no Ministério da Saúde. É epidemiologista com doutorado pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Trabalha com temáticas de desigualdades em Saúde Pública. Foi uma das premiadas no 23º Concurso de Inovação no Setor Público promovido pela Enap.

Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha

A pandemia de Covid-19 escancarou desigualdades no Brasil. Pobres, negros e mulheres estão sendo as principais vítimas das consequências que a pandemia trouxe. Dados indicam que os óbitos por Covid-19 são superiores em bairros pobres. A população negra está mais exposta ao vírus e morre mais. As mulheres, que estão contidas nessas estatísticas, sofrem ainda com a violência doméstica e com a dupla carga de trabalho, provendo renda e cuidando da família.

Seguir as recomendações de distanciamento social é mais difícil para pobres e vulneráveis e, conseqüentemente, para a população negra. As mulheres são a maioria entre as trabalhadoras domésticas e as trabalhadoras na saúde, estando, portanto, mais expostas aos riscos de contaminação. Em várias outras profissões como assistentes sociais, caixa em supermercados e auxiliar de limpeza, as mulheres são força de trabalho predominante e estão invisibilizadas.

Neste Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha, a ANDEPS compartilha de uma visão de Estado que promova a igualdade de direitos e convida para uma reflexão: qual é o papel das servidoras e dos servidores públicos na gestão de políticas que reduzam e enfrentem as discriminações de gênero e de raça?



Você conhece o trabalho dos ATPS's?

A atuação dos Analistas Técnicos de Políticas Sociais acontece desde 2013, quando a primeira turma tomou posse em diversos ministérios da área social. De lá pra cá, são sete anos de trabalho e contribuição da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais ao país.

gente não conhece o papel da carreira, onde ela está presente e como os ATPS's têm contribuído na implementação de diversas políticas públicas, como as de saúde, assistência social, cultura, direitos humanos, desenvolvimento regional.

Com esta série, reunimos algumas informações sobre essa trajetória, porque até hoje muita

O que você gostaria de saber mais sobre a carreira?



7 fatos
SOBRE OS
ATPS's



1

A Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais foi instituída em **2009** para fortalecer o SUS, o SUAS e outras políticas igualmente importantes na garantia de direitos. A mesma Lei criou o **Cargo de Analista Técnico de Políticas Sociais (ATPSs)**, com previsão de **2.400 vagas** efetivas

2

Os ATPSs possuem nível superior em **todas as áreas de conhecimento**, com predominância em ciências humanas. Acessam a Carreira por meio de **concurso público**, tem jornadas de **40 horas semanais** e passam por **períodos avalliativos** ao longo do exercício

3

O Governo Federal formou a Carreira de Desenvolvimento de Políticas sociais para prover um **corpo técnico qualificado** para atuar nos Sistemas, Políticas, Programas e Ações da área social em **diversos ministérios**

4

Os ATPSs estão presentes no **cotidiano das políticas públicas** da saúde, previdência, emprego e renda, segurança pública, desenvolvimento urbano, segurança alimentar, assistência social, educação, cultura, cidadania, direitos humanos e proteção à infância, à juventude, à pessoa com deficiência, ao idoso e ao indígena

5

O **primeiro concurso** da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais aconteceu em **2012**. A **primeira turma** de ATPS's tomou posse **2013**, ano em que a **Andeps foi fundada**. E o **segundo concurso**, para 37 vagas no Ministério da Saúde, aconteceu em 2017





6

Hoje, **766 ATPSs atuam em 8 ministérios**: Saúde; Cidadania; Economia; Mulher, Família e Direitos Humanos; Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Justiça e Segurança Pública; Educação; e Desenvolvimento Regional

7

É uma carreira com **perfil jovem**, 82% com menos de 40 anos, diverso, oriundos de **22 Unidades da Federação** e de todas as regiões brasileiras, e com **alto nível de profissionalização**, 49% com mestrado




Assédio institucional

Matéria publicada nesta segunda (03), na Folha de S.Paulo, registra que já são 680 denúncias de assédio moral no Governo Bolsonaro e que servidores relatam perseguição ideológica e constrangimentos.

No texto, há referência à Andeps: “Para auxiliar os servidores do Ministério da Saúde e Ministério da Cidadania vítimas de situações do tipo, a Andeps colocou sua assessoria jurídica à disposição.”

Acesse a matéria aqui: <https://bit.ly/3gvmpS4>

ASSEDIÔMETRO

O Assediômetro foi criado para demonstrar a amplitude de um conjunto de discursos, falas e posicionamentos públicos, bem como imposições normativas e práticas administrativas, realizado ou emanado por dirigentes e gestores públicos localizados em posições hierárquicas superiores, implica em recorrentes ameaças, cerceamentos, constrangimentos, desautorizações, desqualificações e deslegitimações acerca de determinadas organizações públicas e suas missões institucionais e funções precípuas.

Estruturado por iniciativa da Afipea e da Arca, o Assediômetro já registra 414 situações identificadas no governo de Jair Bolsonaro. Faça uma visita ao site da Arca e conheça essa ferramenta. Nela, é possível realizar uma denúncia de assédio de forma anônima, garantindo a segurança da vítima.

Acesse o Assediômetro: bit.ly/3alBpzm.

FOLHA DE S.PAULO

Sob Bolsonaro, gestão federal tem média de uma denúncia de assédio moral por dia

Deaf César Cardoso S. Sobre um assédio e presidente da Afipea (Associação dos Funcionários do Espaço e Área Operacional Nacional das Carreiras Públicas para o Desenvolvimento Profissional) de que, além do assédio moral sofrido a um servidor específico, as entidades têm recebido ataques em órgãos públicos.

Para auxiliar os servidores do Ministério da Saúde e Ministério da Cidadania vítimas de situações do tipo, a Andeps (Associação Nacional da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais) colocou sua assessoria jurídica à disposição.

“As pessoas têm relatado muitos casos que podem se configurar como assédio moral, tem gente sendo maltratada rotineiramente, muitas ameaças de exoneração, outros com vínculo mais precário estão sendo demitidos”, afirmou Rubens Bias, membro da Andeps.

Sergio Pires, presidente do Instituto Brasileiro de Servidores do Ministério da Cultura, disse que no Ministério Especial de Cultura os gestores têm usado poderes ideológicos e promovido ataques com grande sem transparência ao líder.

Os textos podem ser lidos e traduzidos em português por meio de uma...



Odontoprev no Marktclub

O clube de descontos e vantagens Markt Club, o qual a Andeps integra, concretizou um dos convênios mais importantes: serviços odontológicos por meio da OdontoPrev.

A operadora OdontoPrev é a que tem a maior rede de planos odontológicos do Brasil e uma das maiores do mundo. O plano ofertado é exatamente o mesmo disponível para o Banco do Brasil, com uma diferença: lá custa R\$ 45,60 e o nosso apenas R\$ 21,90. Um plano exatamente igual, mas 50% mais barato!

Estamos muito orgulhosos com mais essa conquista para os associados e as associadas da Andeps.

Basta acessar o clube em: <https://www.marktclub.com.br/>, selecionar "Odontológico" no Menu e solicitar a contratação.

AGORA TEM
ODONTOPREV
NO MARKTCLUB

Conheça. Contrate.

ANDEPS

The advertisement features a dark blue background with a circular inset showing a close-up of a dental procedure. The text is in white and red, with the ANDEPS logo at the bottom left.

Reunião do Colegiado

Todos os meses, a ANDEPS realiza uma reunião de seu colegiado. Desde abril, os encontros têm sido feitos de forma remota, por conta do isolamento, sempre na primeira terça-feira do mês, às 19h.

As reuniões são abertas. Acompanhe nossas comunicações e participe! Na última reunião, realizada no mês de agosto, discutimos os seguintes temas:

1. Finalização da proposta de revisão do estatuto da Andeps
2. Definição da assembleia de alteração do estatuto da Andeps
3. Discussão sobre regulamentação do trabalho remoto
4. Relato da reunião com a Cogep/MS

Adicione nosso WhatsApp

Você quer receber as informações da ANDEPS em primeira mão? Salve o número 61 991037127 nos seus contatos. Assim, você receberá as notícias da carreira de ATPS diretamente. Conectadxs, somos mais fortes!

SALVE O
WHATSAPP DA
ANDEPS EM SEUS
CONTATOS

SALVE ESTE
NÚMERO

61 991037127

ANDEPS

The advertisement shows a hand holding a smartphone with a WhatsApp chat bubble containing the number 61 991037127. The background is blue with a dotted pattern. The ANDEPS logo is at the bottom left.

Conheça quem apoia a gestão da ANDEPS

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

A Zabelê Comunicação iniciou seu trabalho em julho para a ANDEPS, após participar de um processo de concorrência por convite. No primeiro mês, a empresa atualizou a identidade visual das peças gráficas publicadas nas redes sociais da Associação e produziu diversos conteúdos de apoio à comunicação e a produção de boletins como este. Conheça o trabalho desta empresa: zabele.net.br.

JURÍDICA E INSTITUCIONAL

Lima e Volpatti Advogados Associados presta serviços de consultoria jurídica, legislativa e as-

essoria à ANDEPS e aos seus associados. Atuando desde o acompanhamento e análise legislativa, elabora notas técnicas e consultas sobre os diversos temas de proposições legislativas e regulamentos de interesse dos ATPS, servidores públicos e das políticas sociais em geral. No âmbito litigioso, maneja ações de direito administrativo em defesa de direitos dos servidores, como remuneração, desenvolvimento, afastamentos e prerrogativas. Presta, também, assessoria jurídica aos associados da ANDEPS em temas correlatos, inclusive em áreas como direito civil, família e sucessões, previdenciário e tributário. O sócio Fabio Lima, graduado pela Universidade de Brasília e especialista em direito público, é responsável pelo acompanhamento de todas as demandas da ANDEPS.



[associacao.andeps](https://www.facebook.com/associacao.andeps)



[andeps.oficial](https://www.instagram.com/andeps.oficial)



[61991037127](https://api.whatsapp.com/send?phone=61991037127)

COLEGIADO

Ariana Frances Carvalho de Souza (MC)
Daniel Martins de Carvalho (MC)
Débora Spalding Verdi (MS)
Élcio de Souza Magalhães (MC)
Keren-Hapuque Costa Xavier Lins (MS)
Marcela Iwano (MS)
Rafael Vulpi Caliari (MS)
Rodrigo Morais Lima Delgado (MC)
Rubens Bias Pinto (MS)

COMUNICAÇÃO

COORDENADORA DE COMUNICAÇÃO
Ariana Frances Carvalho de Souza

PRODUÇÃO

ZABELÊ COMUNICAÇÃO
Monica Rodrigues
Gabriel Hoewell